Sexta-feira NESTA EDIÇÃO — 24 PÁGINAS

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 279 • Preço 6$00 • 10-12-76 • Propriedade de Editorial Caminho

INSPECTOR DA PIDE SAI EM LIBERDADE NUM JULGAMENTO PREOCUPANTE

Pág. 5

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SOARES E BARRETO FAZEM CAMPANHA OU O REGRESSO À LEI DO FUNIL

Uma declaração política do grupo parlamentar do Partido Comunista Português lida na sessão de ontem da Assembleia da República acusa o Primeiro-Ministro de «manchar gravemente a dignidade das eleições» em consequência da «intervenção de cariz partidário efectuada através das câmaras de televisão no passado dia 3 de Dezembro».

O Grupo Parlamentar do PCP integrou no mesmo âmbito as declarações proferidas anteontem pelo ministro Barreto que «reincidiu nas violações antes cometidas pelo Primeiro-Ministro (...) lançou ameaças, anunciou o uso da força, assumiu a grave responsabilidade de o fazer a quatro dias das eleições e contribuíu deliberadamente para intensificar o clima de tensão que as está cercando».

«O Primeiro-Ministro violou frontalmente as regras de neutralidade e de imparcialidade que competem às autoridades públicas», afirmou Carlos Brito, lembrando que os cidadãos abrangidos pela lei que estabelece aqueles preceitos (assinada pelo próprio dr. Mário Soares) incorrem na pena de prisão até um ano e multa de dois mil a 20 mil escudos.

O deputado comunista, a propósito da proibição do acesso da Frente Povo Unido à TV, para utilização do direito de resposta, sublinhou que «regressámos assim à lei do funil, isto é, à larga arbitrariedade para o Governo e seus apaniguados e aplicação de normas taxativas para os partidos da oposição e os cidadãos em geral».

Entretanto, foi incluído na ordem de trabalhos da sessão de hoje o debate sobre o «processo de urgência» com que o Governo apresentou uma proposta de lei sobre um assunto que o Povo português já se habituou a conhecer, como o pagamento do 13.º mês em títulos.

(Pág. 13).

Registo

INTIMIDAR PELA FORÇA

Quando um repórter de «o diário» se encontrava ontem em serviço no Bairro da Ajuda, em Lisboa, onde se procedeu a mais um despejo de uma família pobre, foi violentamente agredido, com outros moradores, por uma considerável força da polícia de intervenção para ali enviada. O despejo estava já consumado, tendo ficado no local alguns moradores em sinal de protesto contra a medida. Pacificamente. Foi então, e sem qualquer motivo que o justificasse, que algumas dezenas de guardas carregaram sobre as pessoas presentes. O nosso camarada identificou-se como jornalista em serviço. De nada valeu, apesar de a lei o defender.

Este é mais um exemplo concludente da orientação de um Governo que só pela força parece querer afirmar-se. Os agentes da autoridade, ao serem obrigados a cumprir ordens destituídas de sentido, têm de colaborar em manobras impopulares de intimidação que põem em causa a imagem que é preciso criar-lhes, tanto mais que, enquanto se manda a polícia contra a população pacífica, os terroristas reaccionários continuam impunemente a sua actividade criminosa. Foi ontem em Lisboa, como fora anteontem na Caparica e em Coimbra, como pretendem que seja no Alentejo. Para lá do repúdio pela agressão a um camarada de trabalho e a alguns cidadãos pacíficos e indefesos, fica a preocupação e a chamada de atenção para uma conduta governativa que começa a mandar avançar a polícia contra a população por tudo e por nada.

Proibido caçar no domingo

O governo deliberou não autorizar o exercício da caça no próximo 12 de Dezembro, dia das eleições para as autarquias locais.

A respectiva portaria, assinada pelo Secretário de Estado das Florestas e publicada no «Diário da República», salienta que se tomaram «em atenção alguns receios apresentados por certas entidades», pelo que se pretende «que este acto cívico decorra sem preocupações de qualquer espécie».

Por força da mesma portaria, «é adiado para o dia 2 de Janeiro de 1977 o fecho da caça às espécies cinegéticas, que ocorre, normalmente, por lei, no último domingo de Dezembro».

A DOIS DIAS DAS ELEIÇÕES

FRENTE «POVO UNIDO» ASSUSTA A DIREITA

• PROVOCAÇÕES, BOATOS E CALÚNIAS SÓ TÊM REFORÇADO UM GRANDE MOVIMENTO DE MASSAS RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Provocações, calúnias, boatos e a própria campanha antidemocrática e arbitrária do Governo PS que se tem servido da RTP e da RDP em proveito eleitoral partidário; a desestabilização que um grande leque de forças tem querido levar, sobretudo a uma zona de forte votação progressista como é o Alentejo; e os impedimentos «legais» ou intimidatórios em regiões do País onde ainda impera o caciquismo em decadência – nada disto impede, antes pelo contrário, o reforço da Frente Eleitoral Povo Unido. Esta frente democrática e unitária é hoje, a dois dias das eleições, um grande movimento de massas rumo à democratização da vida nas autarquias locais, uma grande força em defesa dos princípios progressistas consignados na Constituição.

Contra as calúnias e a mentira, a FEPU apresenta números inequívocos: as suas candidaturas abrangem 99,95 por cento do eleitorado nos Municípios do Continente e mais de 70 por cento nas regiões autónomas. Isto só é compreensível se se tiver em conta a larga composição unitária das listas «Povo Unido» compostas por elementos não filiados em qualquer dos partidos que juridicamente constituíram a Frente (MDP/CDE, FSP e PCP) em número que não deixa dúvidas. Basta lembrar a presença de elementos independentes em algumas assembleias municipais: Lousã, 91%; Porto de Mós, 90%; Póvoa de Lanhoso, 52%; Penacova, 56%; Peniche, 93%; no conjunto das Assembleias Municipais do distrito de Évora, 51%. Mais alguns exemplos de pessoas não filiadas naqueles ou outros partidos nas listas para Câmaras Municipais: Guimarães, 75%; Cantanhede, 70%; Vieira do Minho, 70%; Caldas da Rainha, 73% Nazaré, 75%.

Significativa também é a percentagem de militantes socialistas nas listas apoiadas neste grande projecto unitário antifascista. Em 12 concelhos do distrito de Lisboa, 94 militantes socialistas integram-se nas candidaturas «Povo Unido»; nas listas de 14 concelhos do distrito de Aveiro há 34 militantes do PS; em 3 concelhos do distrito da Guarda há 19; nas listas de nove concelhos do distrito de Coimbra há 92 militantes socialistas. São filiados ou afectos ao PS 30% dos candidatos da FEPU à Câmara da Covilhã; 43% à Câmara de Armamar; 30% à Câmara de Espinho; 43% à Câmara de Fornos de Algodres e mesmo cerca de 60% à Assembleia Municipal do Tabuaço. No concelho de Borba, distrito de Évora, há mais militantes e simpatizantes socialistas nas listas da FEPU que nas listas do próprio PS, já que estas integram grande número de elementos do PPD e CDS. **(Noticiário eleitoral nas págs. 6, 7 e 8).**

A OFENSIVA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

«MARGEM ESQUERDA» DESMENTE BARRETO

SERPA — Ao mesmo tempo que os sindicatos agrícolas do Alentejo preparam tomadas de posição e resposta às afirmações caluniosas e falsidades proferidas pelo ministro da Agricultura, António Barreto, na sua alocução eleitoralista de anteontem na RTP, a direcção da UCP «Margem Esquerda», em Serpa, promoveu ontem uma sessão de esclarecimento com a população do concelho incluindo os comerciantes e indu striais que colaboram com aquela unidade colectiva de produção. Convocadas em cerca de meia hora, estiveram presentes 500 pessoas.

A direcção da UCP deu conhecimento de um comunicado em que se desmentem ponto por ponto as afirmações de Barreto, nomeadamente no que respeita às contas da UCP, que se encontram em ordem baseadas num srerviço contabilístico adequado; às célebres contas bancárias, ali referidas ponto por ponto e que nem de perto nem de longe se aproximam da verba fantasiosa citada pelo sr. ministro; ao crédito de emergência, que a «Margem Esquerda» utilizou somente para pagamento de salários, conforme documentação entregue pelas vias normais, perfeitamente em ordem, e do qual já pagou 3000 contos. Os trabalhadores desmentiram também as afirmações caluniosas do ministro de que tinham sido despedidos ou «punidos» trabalhadores por não participarem nos piquetes na Lobata e perguntam se aquele governante já se preocupou com os 21 despedidos pelo agrário Palma Cano. A direcção da «Margem Esquerda», que não deve um tostão a fornecedores ou colaboradores e tem adquirido imensa maquinaria agrícola para a Unidade, revelou ainda que o Estado lhe deve milhares de contos, nomeadamente pelo cereal já entregue no Instituto e não pago.

Entretanto, no resto do Alentejo, os trabalhadores mantêm-se firmes e serenos na defesa da Reforma Agrária, apesar das ameaças constantes de novas intervenções. O movimento de apoio aumenta hora a hora, tanto na região como no resto do País.

No distrito de Portalegre, é mantido artificialmente um foco de tensão com a presença reforçada da GNR na UCP «Unidade», por causa de uma cooperativa-lagar de agrários até aqui anexada à UCP; no concelho de Elvas, verificou-se uma tentativa individual de desanexação com vista à formação de uma das pequenas cooperativas tão cantadas e apoiadas pelo sr. António Barreto.

(Pág. 10)

Fascistas da Petrogal têm «costas quentes»

O Conselho de Gerência da Petrogal proibiu ontem uma sessão de esclarecimento da Frente Eleitoral Povo Unido nas instalações da refinaria de Cabo Ruivo, fora das horas de serviço. Até hoje, sempre se fizeram sessões de esclarecimento de todos os partidos naquele local.

Apesar da atitude prepotente do Conselho de Gerência, a sessão acabou por se efectuar na rua, com a participação de mais de meia centena de trabalhadores. Anteriormente, possivelmente encorajado pela atitude dos novos Senhores da Petrogal, um indivíduo de nome Ferreira rasgou cartazes de propaganda do «Povo Unido» e tentou desmobilizar os trabalhadores que se dispunham a assistir à sessão.

Na passada terça-feira, um outro indivíduo, de nome Armando Silva e filiado no CDS, interrompera o serviço na Cidla, para efectuar um comício do seu partido, especialmente dedicado a apoiar a readmissão de elementos da organização fascista FAC. O comício não mereceu qualquer objecção do Conselho de Gerência.

Desmentidos incidentes em Setúbal

O Partido Socialista e o Governo Civil de Setúbal desmentem que tenha havido incidentes no comício daquele partido, que ontem se realizou no Clube Naval Setubalense e que contou com a presença de Mário Soares.

Conforme explicou um porta-voz do PS, de Lisboa, não se teria passado nada de especial no comício do seu partido.

Um elemento do Governo Civil de Setúbal declarou que «houve apenas alguns apupos ao PS, mas que nem chegou a haver intervenção da Polícia de Segurança Pública, nem se verificou qualquer acidente».

PUB.

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÁLVULAS, TUBAGENS E EQUIPAMENTO

Faz-se público que no dia 11 de Janeiro de 1977 pelas 15 horas na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 10 de Janeiro de 1977.

Caução provisória: 375 000$00

Alvarás exigidas aos concorrentes:

5.ª sub-categoria da II categoria e/ou

8.ª sub-categoria da VI categoria e classe correspondente ao valor da proposta

O Processo do concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 6 de Dezembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

PUB.

SINDICATO DOS AJUDANTES DE FARMÁCIA DO SUL E ILHAS

Sede: Rua Almeida e Sousa, 21 – 2.º – Dt.º – Lisboa-3
Telefone 600168/69

COMUNICADO

Chegou hoje às farmácias da cidade de Lisboa um novo mapa de turnos de farmácias de serviço, no qual desrespeitando o alerta das populações e dos trabalhadores e as próprias determinações da Direcção Geral de Saúde, que já havia mandado constituir um grupo de trabalho para estudar o problema, a ANF reduz a partir de hoje substancialmente o número de farmácias de serviço permanente, provocando assim, na nossa opinião problemas graves de abastecimento medicamentoso à população. Problemas esses, que aliás já se concretizaram em zonas limítrofes de Lisboa, como os Órgãos de Informação noticiaram.

Assim o Sindicato além de ir alertar as entidades oficiais convoca para amanhã à noite às 21.30 horas, na sede do Sindicato, Rua Almeida e Sousa, 21 2.º Dt.º os trabalhadores do sector, que trabalham na cidade de Lisboa, para debater o problema e estudar formas de luta a encetar, caso o Governo não tome providências.

Convidamos os Órgãos de Informação a fazerem-se representar.

Pela Direcção
Diamantino da Silva

CA do Barreiro responde a calúnias do PS local

«O balanço da nossa actividade, cujo relatório será brevemente apresentado à população, desmascarará os que, infamemente, nos caluniam» — sublinha a Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro, em comunicado ontem emitido, a propósito de um panfleto do Secretariado da Secção local do Partido Socialista e dos elementos das listas deste partido concorrentes às autarquias.

O panfleto eleitoral do PS, veiculando «a calúnia, a demagogia, a irresponsabilidade, a incompetência e o verbalismo de fachada socialista», constitui «um ataque raivoso e odiento a pessoas honestas e, desde sempre, dedicadas à causa da democracia e à defesa dos trabalhadores, das populações e do verdadeiro socialismo», afirma a CDA da Câmara do Barreiro.

Naquele panfleto, escreve-se, nomeadamente: «Ouve-se dizer a todo o momento que os passados administradores foram mais zelosos dos interesses do Concelho que a actual CA». A Câmara Municipal é aí apelidada de «corte», «reinada por uma nova fidalguia de medíocres», onde impera «um absurdo sem nome», «uma irresponsabilidade sem freio», uma política «de terra queimada».

Desmascarando as calúnias e o eleitoralismo desenfreado do Secretariado da Secção local do PS a Comissão Democrática Administrativa da Câmara do Barreiro dirige-se, através do seu documento, à população, dando conta de algumas das obras realizadas, em pouco mais de dois anos de gestão democrática. Entre essas obras, contam-se a reparação de 500 habitações («mais do que se fez nos últimos dez anos de fascismo»), «o arranjo e construção de dezenas de quilómetros de estradas, em especial na zona rural», a recolha do lixo nessa mesma zona, «a montagem das redes de esgotos de Coina, Santo António, Palhais e Vila-Chã», além da «aquisição de 20 novos autocarros, alguns dos quais já em circulação, e obtidos sem qualquer apoio do Governo PS».

«Não nos surpreende, no entanto, a atitude do PS» — frisa-se no documento publicado pela CDA da Câmara do Barreiro. «Ao longo de mais de dois anos e meio de administração do Município do Barreiro, foram inúmeros os obstáculos, os ataques e os boicotes às autarquias locais, às Comissões Democráticas Administrativas, às Comissões de Moradores, quer através de campanhas políticas demagógicas, quer através da actuação de todos os Governos em que o PS esteve em maioria».

A concluir, o comunicado da Comissão Democrática Administrativa chama a atenção para o carácter «falso e difamante» do panfleto eleitoral do PS, que se destina apenas a «enganar o povo».

Ontem, também, o Secretariado da Secção do Barreiro do Partido Socialista publicou novo panfleto, no qual afirma viver-se, naquela localidade, «um clima de ocupação» e insulta os trabalhadores e democratas que apoiam a Frente Eleitoral Povo Unido. Esses trabalhadores e democratas são, para os dirigentes locais do PS, «esbirros menores, recrutados nas alfurjas do ódio e nas tascas do vício»...

Assim não, sr. padre...

PORTO – Durante a missa matinal do último feriado, o sr. padre Carlos Carvalho, da igreja do Ameal, achou por bem contribuir com os parcos meios da sua modesta pessoa para um melhor «esclarecimento político» dos católicos presentes na igreja. Fê-lo de tal ordem e com tanta vivacidade, que não foram poucas as pessoas que preferiram sair do templo, mesmo antes da missa acabar, para poderem aspirar um pouco de ar puro e acalmar assim os espíritos que começavam a ficar indignados, mais que exaltados.

O sr. padre resolveu, sem que ninguém lho recomendasse, dar esclarecimentos sobre a Frente Eleitoral Povo Unido. Reproduzir as afirmações feitas seria ir contra todas as normas de bom senso. Todas as calúnias imagináveis foram atribuídas à FEPU, numa tentativa, que reputamos de desesperada, de tentar afastar o Povo das forças democráticas e progressistas que representam os seus interesses de explorado e oprimido.

Assim não, sr. padre...

Intimidação da direita desmascarada

Assinado pela Comissão Política concelhia do PPD/PSD, este partido distribuiu no concelho de Portimão um comunicado, em forma de «aviso à população», onde calunia, em termos abjectos, a Frente Eleitoral Povo Unido, identificando-se o seu símbolo com o do PCP. Dois dos dirigentes locais do PPD foram vistos a distribuir o reaccionário panfleto. A FEPU de Portimão, face ao sucedido, além de protestar junto da Comissão Nacional de Eleições, vai intentar acção judicial contra aquele partido.

Mas não é só no Algarve que a direita, neste caso representada pelo PPD/PSD, se encarniça contra as listas progressistas e unitárias da FEPU. Em Forjães, freguesia do concelho de Esposende, no distrito de Braga, a lista da FEPU concorrente à Assembleia da Freguesia, encabeçada por Álvaro Almeida, carpinteiro, actual secretário da CA da Junta de Freguesia, goza de considerável apoio popular, o que naturalmente está a desesperar os caciques e aqueles que lhes fazem o jogo. Assim, o PPD, que não apresenta programa nem promove sessões de esclarecimento, preocupa-se antes em caluniar os outros, emitindo um comunicado onde, apelando para o mais primário anticomunismo, numa região ainda tão sensível a apelos deste género, tenta denegrir a lista do «Povo Unido» e intimidar psicologicamente a população, à qual chama «bom povo da nossa Terra».

E O CDS, NA BEIRA

Claro que o PPD/PSD não tem o exclusivo destas manobras caluniadoras e obscurantistas. Na freguesia de Aldeia Rica, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda, o CDS foi fazer uma sessão de «esclarecimento» na escola primária. Desenharam no quadro o símbolo da FEPU e afirmaram que se aparecesse alguém com aquele símbolo, «é para ser liquidado por que é comunista». Nos dias seguintes, a propaganda da FEPU apareceu toda rasgada e quando na aldeia apareceram dois elementos da Frente foram ameaçados com navalhas. Com serenidade e paciência, eles explicaram a situação aos habitantes da aldeia, que compreenderam, aceitaram a propaganda da FEPU e chegaram a abraçar os seus militantes, depois de confessarem a história que o CDS lhes tentara impingir.

«POVO UNIDO» ALERTA «Negação do direito de resposta é indício de autoritarismo»

Depois das acusações proferidas contra a Frente Eleitoral Povo Unido por Mário Soares a proibição pela secretaria de Estado da Comunicação Social do exercício do direito de resposta por aquela Frente foi considerada «um novo acto de parcialidade política, um novo atropelo à legalidade democrática e um inquietante indício de autoritarismo».

Numa nota da sua Comissão de Imprensa, a FEPU esclarece que ao reclamar o direito de resposta pretendia apenas «restabelecer estritamente a verdade no que toca às graves deturpações praticadas pelo Primeiro-Ministro». Acrescenta que a secretaria de Estado da Comunicação Social, tendo-se remetido a uma atitude de silêncio face à ilegalidade cometida por Mário Soares, «perdeu qualquer autoridade moral para reivindicar para si a fiscalização do cumprimento da lei eleitoral».

O comunicado prossegue salientando que «a violação do dever legal de neutralidade e imparcialidade dos titulares dos órgãos de Estado, longe de se limitar a qualquer deslize pessoal, é uma orientação sistemática e intencional do Governo». A comprovar este facto estão «as recentes declarações do ministro Jorge Campinos à saída de um Conselho de Ministros sobre a FEPU, a actividade partidária de alguns Governadores Civis e a intervenção na RTP do ministro António Barreto».

Lamenta a FEPU que a Comissão Nacional de Eleições não tenha afirmado de forma inequívoca a sua isenção e independência, tendo concluído, apesar da clareza da lei e da sua flagrante violação pelo Primeiro-Ministro, que «é difícil a qualquer membro do Governo (...) fazer uma nítida separação entre o tratamento» de assuntos da administração pública «e o que constitui campanha eleitoral».

Considera a FEPU que a CNE se demitiu de «exercer as suas funções e, contemporizando, deu objectivamente alento a novas violações da lei».

Sublinhando o clima de insegurança e instabilidade que as forças reaccionárias procuram criar, e o «ambiente eleitoral marcado por numerosas arbitrariedades e ilegalidades e por uma escandalosa intervenção do Governo na campanha» o comunicado refere que «as listas do «Povo Unido» estão dando em todo o país um alto exemplo de serenidade, de fidelidade aos interesses das populações, de respeito pela ordem e pela legalidade democráticas».

A Comissão de Imprensa da Frente Eleitoral Povo Unido termina afirmando que «tal intervenção patriótica constitui desde já um valioso contributo para a defesa e consolidação da democracia portuguesa, que uma grande votação nas listas do «Povo Unido», no próximo dia 12, confirmará e ampliará».

TORRES VEDRAS, CADAVAL E SOBRAL

Tribunal da Relação deverá pronunciar-se sobre decisão do juiz

Na continuação das diligências para que seja feita justiça relativamente às listas do Povo Unido em Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, aquela Frente Unitária recorreu da decisão arbitrária do juiz de Torres Vedras para o Tribunal da Relação de Lisboa, continuando a aguardar uma decisão. «Esta situação», afirma-se num comunicado da Comissão de Imprensa do Povo Unido, «preocupa os democaratas, os antifascistas do nosso país, que desejam ver reposta a justiça e a legalidade democrática». A Frente Povo Unido apela a todos os cidadãos dos Concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço «para que se unam e organizem em torno dos princípios democráticos, populares e unitários da FEPU».

O comunicado termina com a afirmação de que a Frente apoia «a decisão de se votar nas listas do Povo Unido, cuja sigla e símbolo figuram nos boletins de voto deste concelhos».

Cresce apoio dos trabalhadores à Frente «Povo Unido»

A necessidade de fazer frente à ofensiva da direita e a urgência de se conseguir, de facto, a unidade para defender as conquistas da Revolução e fazer avançar o processo democrático são os motivos principais que têm impulsionado a constituição de Comissões de Apoio à Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), em todo o País.

São estas, aliás, as razões invocadas pelos 118 trabalhadores da Socarmar que formaram uma Comissão de Apoio à FEPU na empresa. Considera aquela Comissão que o apoio à FEPU está estreitamente ligado à consecução dos seguintes objectivos: «autonomia administrativa e financeira dos órgãos do poder local e capacidade de decisão no que diz respeito ao urbanismo e desenvolvimento económico; melhoria das condições de vida, saúde, educação, habitação e transportes; estreitamento das relações entre as organizações populares de base; defesa da legalidade democrática e da Constituição; participação directa das massas populares na resolução dos seus problemas».

Em Santarém, trinta e sete dirigentes sindicais apelam à população trabalhadora do distrito no sentido de participar activamente nas eleições, votando nas listas do Povo Unido, «as únicas que dão garantias de defesa dos nossos interesses como trabalhadores e cidadãos».

TRABALHADORES DO PORTO DE LISBOA

«Conscientes de que a Frente Eleitoral Povo Unido é uma ampla frente popular nascida de um esforço colectivo e unitário, já que congrega no seu seio trabalhadores de diversos partidos de esquerda e muitos elementos sem partido, o que a transforma desde já na única organização capaz de satisfazer os anseios unitários do Povo português» cento e oitenta e oito trabalhadores da Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) organizaram uma Comissão de Apoio à FEPU.

Sublinham aqueles trabalhadores, num documento amplamente divulgado no Porto de Lisboa, que a FEPU constitui a única «resposta popular organizada às eleições para as autarquias locais» e, simultaneamente, uma resposta ao caciquismo.

Também os trabalhadores do Tráfego Portuário de Lisboa, em número de cento e trinta e oito, salientam que, «no momento em que as forças reaccionárias tiram a máscara e com a ajuda das leis antioperárias procuram liquidar tudo o que se fez de positivo para os trabalhadores» só o Povo Unido «pode salvaguardar as conquistas alcançadas com o 25 de Abril».

Foi constituída no Arsenal do Alfeite uma Comissão Unitária de jovens trabalhadores, de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido.

Consideram os jovens arsenalistas que o acesso à cultura, ao desporto e à sindicalização, bem como os interesses dos jovens, em geral, serão intransigentemente defendidos pelos componentes das listas do Povo Unido «porque são povo, porque são trabalhadores e estão absolutamente identificados com os problemas que afectam os interesses das camadas mais exploradas da população do nosso concelho».

Depois de lembrar o que eram as autarquias no tempo do fascismo, a Comissão Unitária Juvenil do Arsenal salienta que «os jovens, isoladamente, embora apercebendo-se dos seus problemas não os conseguem resolver».

Numa folha especialmente consagrada ao actual momento eleitoral, os jovens operários sublinham a importância da participação da juventude nestas eleições, ao lado da FEPU, afirmando que ela «irá contribuir para retirar ao fascismo uma importante parte dos jovens que ainda hoje são influenciados pela sua ideologia, a qual se traduz na droga, na prostituição, na violência e na criminalidade».

Por seu turno, a Comissão Juvenil Unitária (COJU) do Laranjeiro apoia a Frente Eleitoral Povo Unido, «como única alternativa de salvaguarda da democracia em Portugal», repudiando também todos os entraves que lhe têm sido postos, «como aconteceu na rejeição das suas listas em Torres Vedras».

ADESÃO DE CENTENAS DE ESTUDANTES

Com a adesão de muitas centenas de estudantes do distrito de Braga formou-se uma Comissão Estudantil Unitária de apoio às candidaturas da Frente Eleitoral Povo Unido.

A Comissão conta já com núcleos na Universidade do Minho, Liceus Sá de Miranda e D. Maria II, Escolas Técnicas Alberto Sampaio e Carlos Amarante, Escola Preparatória André Soares e Escola do Magistério Primário, em Braga, Escola Técnica, Liceu e Escola da Veiga, em Guimarães, Escola Técnica e Liceu, em Barcelos.

Também no organismo das pescas do PCP, a Comissão de Apoio à FEPU lembra que «votar no Povo Unido é votar para que tu próprio, trabalhador das pescas, encontres e ponhas em prática as soluções para os teus problemas».

MULHERES TRABALHADORAS E DONAS DE CASA

Dirigindo-se a todas as donas de casa as mulheres trabalhadoras de doze empresas (Laboratórios Lepetit, Vitória, e Andrade, Indústrias Pereira e Brito, Gazina, Confecções Confer, Truz e Domalta, Sotancro, Heska, Clínica de Santa Cruz, Tofa, Centrel, PHILIPS e Sorefame) apelam ao voto na FEPU.

Numa tentativa para combater o isolamento e a falta de informação das donas de casa, as trabalhadoras das Comissões de Apoio naquelas empresas alertam contra «os partidos políticos que fazem promessas de progresso, mas sonham com o regresso ao passado (CDS-PPD) e contra a confusão que pode advir da falsa utilização da foice e do martelo por «grupos de provocadores (MRPP)».

Lembram ainda que são as mulheres que mais sentem os resultados da actual política do Governo, no que respeita à «subida de preços, e falta de géneros no mercado; falta de habitação e rendas exorbitantes; falta de escolas e assistência médica condignas para os filhos».

Terminam, afirmando que só os candidatos do Povo Unido «estão dispostos a dar todas as energias para tornar plena realidade a promessa do 25 de Abril».

«Para que o caciquismo, o obscurantismo e a corrupção nunca mais ocupem os seus lugares nos órgãos do poder mais directamente ligados às populações» grupos de moradores de Queijas (Carnaxide) e da Cruz Quebrada constituíram Comissões de Apoio à FEPU, convidando as populações a integrar-se em grupos de trabalho.

Também na Fábrica Lusalite, na Cruz Quebrada, se constituiu uma Comissão de Apoio à FEPU, a fim de se «alcançar a melhoria das condições de vida do Povo português, mediante acções concretas e sem demagogia».

Falsos panfletos apreendidos em Santo Tirso

SANTO TIRSO — Foram apreendidos pela GNR, numa tipografia desta vila, cerca de vinte mil falsos panfletos da Frente Eleitoral Povo Unido. A intervenção da GNR foi solicitada por militantes da FEPU, com o fim de pôr termo a uma clara manobra de falsificação de propaganda eleitoral da Frente.

Os panfletos que identificavam a FEPU com o PCP e o MDP («votando na Frente Eleitoral Povo Unido votas no Partido Comunista/votas no MDP/CDE», diziam expressamente, não contêm menção da organização política ou pessoa que os mandou executar, embora estivessem a ser feitos nas oficinas gráficas do «Jornal de Santo Tirso», que conta entre os seus colaboradores, João Miranda, director do jornal ultra-reaccionário «O Arauto» e cabeça de lista do CDS à Assembleia Municipal de Santo Tirso.

Aproveitando a campanha anticomunista reactivada na zona pelas forças reaccionárias, os falsos panfletos da FEPU visavam, de facto, confundir os eleitores, recorrendo, curiosamente, ao mesmo tipo de argumentação recentemente utilizado pelo Primeiro-Ministro na televisão. Os panfletos chegaram a ser distribuídos na Trofa e nesta vila por conhecidos reaccionários. O caso já foi entregue ao tribunal de Santo Tirso depois de averiguações sumárias da GNR, que considera estar em segredo de justiça o nome ou nomes dos presumíveis autores desta manobra.

CANDIDATOS APRESENTAM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

No programa com que se apresentam às eleições para a Câmara e Assembleia Municipais de Santo Tirso, os candidatos da FEPU divulgam um esquema de acção imediata, intitulado «Programa de Emergência para 1977», no qual se prevê:

«1 — Água: construção de fontanários e lavadouros em todas as aldeias. Concluir o processo de abastecimentos de água ao domicílio na Trofa que se arrasta há 14 anos. Arranque da distribuição domiciliária na Vila das Aves. Protecção eficaz do Rio Ave contra todos os caminhos e estradas municipais.

2. Estradas e caminhos: pavimentação de todos os caminhos e estradas municipais.

3. Luz: iluminação dos lugares sem luz. Reforço de toda a rede do concelho.

4. Habitação: criação dum serviço de fomento habitacional e aquisição de terrenos e loteamento, que a Câmara e as Juntas farão, para cedência, a preços justos, às pessoas deles carecidos em todas as freguesias.

5. Escolas: aquecimento de todas as escolas. Reparação e conservação das mesmas. Lutar, junto das autoridades competentes, pela construção do edifício para o Ciclo Preparatório de Santo Tirso. Iniciar os processos para os ciclos da Trofa e Vila das Aves.

As listas para a Câmara e Assembleia Municipal são encabeçadas, respectivamente, por Bernardino Neto, professor do Ensino Secundário, e Manuel Neto, advogado e presidente da Comissão Administrativa da Câmara a seguir ao 25 de Abril.

A campanha eleitoral do sr. governador civil

VIANA DO CASTELO – O governador civil deste distrito, dr. Oliveira e Silva, destacado militante do PS, a exemplo de muitos outros governadores civis também militantes daquele partido e actuando de acordo com uma prática utilizada *no antigamente*, afadigou-se durante o período pré-eleitoral e eleitoral a visitar muitas freguesias do concelho e do distrito de Viana do Castelo. Darque foi uma delas. Muita conversa, muitas promessas, algumas ofertas de dinheiro, meramente simbólicas e que não chegam, sequer, para remendar uma ou outra das numerosas carências existentes. Por isso, porque farto de promessas está o nosso Povo, «sua excelência, efectivamente, não foi muito aplaudido», como diria Valente da Fonseca. Espera-se que o sr. governador civil continue as suas visitas imediatamente após as eleições, mas então sim, desinteressadamente, sem demagogias, sem estar partidariamente preocupado com uma eventual anemia de votos. Em suma, sem se servir do seu cargo oficial para fazer propaganda partidária em vésperas de eleições. E que volte a Darque. E que vá aos Cabeços. E ao Lamoso. Ao Bairro dos Pescadores e ao Lugar da Areia, no Cais Novo. Há lá muitíssimo que ver. E mais ainda que fazer.

Militante do PS apela ao voto no «Povo Unido»

PORTO – Milhares de militantes do Partido Socialista apoiaram e aceitaram candidatar-se pelas listas da Frente Eleitoral Povo Unido. A direcção do PS tentou negar este facto e, mais tarde, reconheceu-o alegando que tais militantes não eram «qualificados». Na passada terça-feira, um trabalhador socialista, Manuel Jose Guedes de Almeida, num significativo discurso perante cerca de 120 pessoas que enchiam o Salão do Centro Cultural da Cabine em S. Pedro da Cova, deu as razões da sua adesão à FEPU, apelando ao voto na Frente.

«Vou dizer-vos por que razão aderi à Frente Eleitoral Povo Unido. Como sabeis, sou um trabalhador, pertenço, pois, à classe operária. Ora, sendo eu militante do Partido Socialista e nele tendo trabalhado muito pela causa das classes mais exploradas, que resposta deu o Partido Socialista aos problemas dos trabalhadores? Calou-se. Nada fez... É por isso que eu, filho do povo, trabalhador como vós, considero que para defender o povo e servir S. Pedro da Cova, só há um caminho, é a FEPU – a lista do Povo Unido», afirmou Guedes de Almeida.

E o militante socialista salientou ainda: «É também convicção da Frente Eleitoral Povo Unido de S. Pedro da Cova, apoiar e colaborar com todas as comissões de moradores, colectividades, centros de cultura e centros sociais, no sentido de desenvolver iniciativas locais que se inscrevam nas suas necessidades concretas. Por isso, conscientes de que as próximas eleições são de grande importância para todos, apelo para que homens e mulheres respondam claramente no próximo dia 12, votando em massa nas listas do «Povo Unido».

PUB.

FRENTE ELEITORAL

POVO UNIDO

LISTAS DE CIDADÃOS ELEITORES DO CONCELHO DE LISBOA APOIADAS PELA Frente Eleitoral Povo Unido

A Frente Eleitoral Povo Unido, atendendo ao carácter amplamente unitário das listas propostas por cidadãos eleitores nas freguesias da cidade de Lisboa, onde a FEPU não concorre, bem como aos programas que estas defendem, apoia as seguintes listas:

FREGUESIA DO CASTELO	Lista Unitária do Castelo XI	☒
FREGUESIA DAS MERCÊS	Lista Unitária das Mercês XX	☒
FREGUESIA DA PENA	Lista Unitária da Pena XV	☒
FREGUESIA DO SACRAMENTO	Moradores do Sacramento XIV	☒
FREGUESIA DE SANTIAGO	Comissão Unitária de Santiago XVIII	☒
FREGUESIA DE S. CRISTOVÃO/S. LOURENÇO	Comissão Eleitoral Moradores XIV	☒
FREGUESIA S. VICENTE DE FORA	Lista de Moradores de S. Vicente de Fora VII	☒
FREGUESIA DA SÉ	Pela Freguesia, pela Democracia X	☒
FREGUESIA DE SANTOS-O-VELHO	Comissão Eleitoral Unitária de Santos I	☒
FREGUESIA DE BELEM	Lista Unitária de Belém XVII	☒
FREGUESIA DE CARNIDE	Lista Unitária de Carnide VII	☒
FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA	Lista Unitária de Moradores V	☒
FREGUESIA DA AMEIXOEIRA	Lista Unitária da Ameixoeira XVI	☒
FREGUESIA DE S. FRANCISCO XAVIER	Moradores Independentes de S. Francisco Xavier II	☒

As restantes 39 Freguesias são listas FEPU

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

SECTOR DO ENSINO PRIMÁRIO

Lembram-se os delegados dos Concelhos ou Zonas à votação das propostas unificadas que a Assembleia se realiza no **dia 11 de Dezembro, às 10 horas, na Rua do Alecrim, 46, 1.º.**

O SECRETARIADO DO SECTOR

PUB.

Câmara Municipal do Concelho de Loures

AVISO

Faz-se público que se acha aberto concurso público, pelo prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no "Diário do Governo", para adjudicação da empreitada de "EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO CASAL DOS MARCOS – MOSCAVIDE – INFRA-ESTRUTURAS: MOVIMENTO GERAL DE TERRAS, ARRUAMENTO NORTE E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E DE ESGOTOS DOMÉSTICOS E PLUVIAIS"

A base de licitação é de 1 472 500$00

O processo da empreitada pode ser examinado todos os dias úteis durante as horas normais de expidiente, nos Serviços Técnicos de Obras do Município.

Os concorrentes deverão possuir alvará de empreiteiros de obras públicas, correspondente à IV categoria ou da subcategoria da —— categoria e da classe que cubra o valor da proposta apresentada.

A caução provisória é de 36 812$50

A abertura das propostas realizar-se-á perante a Comissão Administrativa na primeira reunião ordinária que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio. A Comissão Administrativa reúne todas as quartas-feiras, pelas 10 horas no edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Conselho de Loures, 29 de Novembro de 1976

O Presidente da Comissão Administrativa

José Augusto gouveia

PUB.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR

COMUNICADO

PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES!

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR face aos despedimentos de Manuel Correia Lopes e António Cunha das Rosas, trabalhadores da empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., e dirigentes sindicais, manobra integrada nas tentativas com que o patronato e imperialismo tentam dividir e desmobilizar os trabalhadores, com a intenção de enfraquecer as suas organizações e poderem atacar as conquistas dos trabalhadores;

Considerando que um Governo que ordena à GNR a defesa do patrão da Herdade da Lobata, contra os direitos dos trabalhadores agrícolas e manda a PSP fechar a Faculdade de Economia do Porto, diz não ter possibilidade de obrigar o patrão da Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., a anular o despedimento dos dois trabalhadores têxteis.

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR decidiu:

1.º Face a esta posição de força contra os trabalhadores e suas organizações, a FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR informou hoje os diferentes órgãos de poder de que a partir do próximo dia 15 de Dezembro participará nas restrições às importações e exportações de todos os artigos destinados a empresas de têxteis, lanifícios e vestuários, excepto empresas intervencionadas, em autogestão ou cooperativas, caso até dia 14 do corrente mês, não estejam anulados os referidos despedimentos e normalizada toda a situação de remuneração dos trabalhadores em causa.

2.º Prestar auxílio económico aos trabalhadores têxteis em luta na empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1976.

O SECRETARIADO DA F.S.M.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA MINEIRA DO SUL

Sede em Aljustrel

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do art. n.º 77.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Eleitoral a reunir na Sede deste Sindicato, no **dia 24 de Janeiro de 1977 (segunda-feira), das 9 horas às 18 horas.**

ODEM DE TRABALHOS

Eleição dos Corpos Gerentes para o biénio 1977/78.

Aljustrel, 6 de Dezembro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA

Diogo Vilhena Baraona

ÁLVARO CUNHAL NO ALENTEJO

«UDP/GDUPs teme trabalhadores»

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, deslocou-se anteontem aos distritos de Évora e Portalegre onde participou em comícios e sessões de esclarecimento promovidos pelo seu partido em apoio da Frente Eleitoral Povo Unido.

Na intervenção feita em Évora o secretário-geral do PCP focou, sobretudo, as questões directamente relacionadas com a Reforma Agrária. Após denunciar a finalidade da concentração convocada pela UDP/GDUP's no próximo sábado para a Lobata, Álvaro Cunhal sublinhou que essa acção não visa outras coisa que não seja a criação de um clima que facilite a intervenção, em grande escala, de forças militarizadas contra os trabalhadores. «Se houver incidentes», declarou, «eles não serão atribuidos à UDP, não serão atribuidos aos GDUP's, mas serão atribuidos aos trabalhadores alentejanos. É isso que depois vai dizer a reacção.

«Para quê isto no dia 11?», prosseguiu Álvaro Cunhal. «Talvez para impedir a votação, porque eles estão com medo da derrota que o povo alentejano lhes vai infligir no dia 12 nas eleições. Querem criar incidentes para impedir que as eleições se desenrolem normalmente, para impedir que os trabalhadores mostrem no dia 12, através do seu voto, que estão com a Reforma Agrária, que vão defender a Reforma Agrária. É uma provocação. Devemos estar vigilantes e não cair na provocação».

Apreciando as mais recentes medidas tomadas pelo Governo PS, declarou o secretário-geral do PCP: «Nós pensamos que um Governo que sirva a democracia portuguesa é um Governo que tem que ganhar, não a confiança dos capitalistas, mas a confiança dos trabalhadores.

«Essa é que deve ser a preocupação de um Governo democrático».

Concluindo a sua intervenção Álvaro Cunhal defendeu que «se houver uma muito grande votação nas listas do «Povo Unido» na zona da Reforma Agrária não deixaremos de exigir que no Ministério da Agricultura esteja alguém que defenda a Reforma Agrária e que atenda a vontade dos trabalhadores alentejanos. Esta votação poderá permitir essa exigência».

O secretário-geral do PCP usou ainda da palavra em Montargil, Ponte de Sôr, em S. Manços e em Montemor-o-Novo, perante muitos milhares de trabalhadores.

NO PORTO

«Povo Unido» encerra campanha com comício no Coliseu

PORTO – A Frente Eleitoral Povo Unido encerra hoje a sua campanha eleitoral para as autarquias locais, com a realização de um comício, pelas 21 e 30, no Coliseu do Porto.

A cedência daquela sala para o encontro dos simpatizantes da FEPU só foi possível após diligências pessoais junto da Comissão Nacional de Eleições, o que motivou a intervenção do presidente da referida comissão, para que fosse dada satisfação às reivindicações da FEPU.

Recorde-se que, tanto o Coliseu como o Rivoli ou Pavilhão do Académico, deviam ter sido oportunamente utilizados pela Frente para as suas sessões, mas tal autorização foi recusada, visto os respectivos proprietários não terem sido informados pela Administração do 1.º Bairro de que deveriam ceder a sala, conforme os resultados do sorteio previamente realizado.

Entretanto, as Comissões Concelhias da FEPU do distrito do Porto têm desenvolvido intensa actividade eleitoral, de modo a levar ao conhecimento das respectivas populações os seus programas, ao mesmo tempo que vêm promovendo sessões de esclarecimento para a apresentação dos seus candidatos às assembleias e câmaras municipais.

Assim, em Amarante, Baião, Lousada e Santo Tirso, as respectivas Comissões Concelhias da FEPU têm desenvolvido intensos esforços no sentido de ser dado um esclarecimento total às populações, acerca do significado das próximas eleições, bem como da importância do voto nos candidatos do «Povo Unido».

CÂMARA RESPONDE A NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Entretanto, a Câmara Municipal do Porto já respondeu à notificação do juiz dr. Pires de Lima, no sentido de informar o Tribunal de Polícia de qual a legislação em que se baseava para mandar proceder ao arrancamento de cartazes da Frente Eleitoral Povo Unido nas passagens subterrâneas da Praça da Liberdade. Ignora-se, contudo, o teor da resposta camarária.

Poderá agora prosseguir o julgamento do activista da FEPU, José Manuel Mira Fadista, que o magistrado decidira adiar até a Câmara responder àquela notificação do Tribunal.

Mira Fadista foi detido e enviado ao Tribunal de Polícia em consequência de uma altercação com agentes da PSP que acompanhavam os funcionários camarários que procediam ao arrancamento dos cartazes da Frente Eleitoral Povo Unido.

COMÍCIO NA COVA DA PIEDADE

«"Povo Unido" irá continuar 25 de Abril»

«As mulheres têm de tomar atenção com o seu voto, pois nós temos uma grande responsabilidade, pois somos 53 por cento do eleitorado. É necessário que o voto das mulheres não caia nos partidos reaccionários ou pseudo-revolucionários mascarados de esquerda», afirmou Dina Bastos, independente, candidata à Câmara Municipal de Almada pela FEPU, no decorrer de um comício efectuado na Cova da Piedade, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Além de Dina Bastos, usaram da palavra Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP, João Cabrito Diogo, candidato da juventude à Assembleia de Freguesia de Almada, Dália Madeira, igualmente candidata a esta autarquia, Fernando Proença, candidato à Assembleia Municipal e Francisco Simões, candidato à Câmara Municipal, o qual a dado passo da sua intervenção, disse: «O 'Povo Unido' irá continuar aquilo que os homens honestos realizaram após o 25 de Abril. Os oportunistas tentaram tirar partido daquilo que não se pôde fazer, mas os democratas da nossa terra souberam dizer ao povo de Almada quais as razões da sua impossibilidade. Se os candidatos do «Povo Unido» forem eleitos tudo farão para que se arranque com as cooperativas de construção para que o concelho tenha uma digna urbanização e no campo de higiene tenha uma rede de esgotos capaz, água e estações de esvazamento de lixo, assim como espaços livres para que os nossos filhos e as pessoas da terceira idade possam passar os seus tempos livres». Referindo-se aos programas dos candidatos dos outros partidos, Francisco Simões declarou nomeadamente: «O PS neste concelho promete o prolongamento da auto-estrada; lamentamos, no entanto, que o PS, com responsabilidade no Governo, não pensasse primeiro em asfaltar algumas zonas onde muitas pessoas e crianças têm de passar por cima de lama para irem para os seus empregos e escolas».

SEVER DO VOUGA

Em Sever do Vouga, perante cerca de 500 pessoas, a FEPU realizou um comício-festa, tendo um dos candidatos locais (Pinto Cardoso) focado na sua intervenção os temas da unidade do Povo e da acção das autarquias integradas no meio rural. Houve projecção de filmes sobre agricultura e actuação de Manuel Freire, Brigada Vítor Jara e Pinto de Oliveira.

Neste concelho, essencialmente rural, os candidatos da FEPU propõem-se no seu programa «estudar com as populações de todo o concelho as realizações mais urgentes e importantes do sector rural» de forma a que, entre outras realizações, seja possível: «Abrir estradas para todos os lugares ainda isolados; abrir caminhos e serventias para explorações agrícolas que dêem acesso à circulação de máquinas e ao escoamento dos produtos agrícolas; promover a melhoria da rede de distribuição de energia eléctrica (tri-fásica), de modo a facilitar a motorização dos trabalhos agrícolas, tornando-os mais leves e dignificantes para o agricultor; procurar estabelecer um plano de abastecimento de água ao domicílio e saneamento».

Outros dos objectivos da FEPU em Sever do Vouga é o de, se for eleita, criar na Câmara Municipal «um grupo de apoio ao sector agrícola com delegações nas freguesias constituídas por agricultores para resolver os seguintes problemas: entrega definitiva dos baldios à administração do Povo, especialmente na freguesia de Talhadas; fomento de associações representativas de agricultores para discussão de preços de produtos agrícolas e florestais, pela via mais directa da sua comercialização; apoio às cooperativas geridas e comandadas directamente por agricultores; fomento e melhoria de pomares, especialmente de laranjeiras, com a criação de brigadas de podadores e tratamento das árvores, bem como de circuitos de comercialização de fruta».

FEPU APOIA DEMOCRATAS DE QUELUZ

A FEPU decidiu apoiar a lista de candidatos à Assembleia de Freguesia de Queluz, apresentada pelos Democratas de Queluz. A lista é encabeçada por Salvador da Luz, empregado fabril, tendo o programa eleitoral sido elaborado com base «na fecunda experiência vivida após o 25 de Abril, nas lutas travadas para a concretização das aspirações mais sentidas pelas populações».

«O nosso programa – salientam os Democratas de Queluz – reflecte com fidelidade as reais carências locais, na medida em que foi elaborado através de dezenas de plenários ao longo destes dois anos e meio de liberdade, desde Massamá às barracas da Estrada Militar».

COMÍCIOS E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DA FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO

LISBOA: S. Domingos de Benfica; Campolide; S. Sebastião; S. João; Arroios; Penha de França; Beato; Ameixoeira; Alcântara; Prazeres; S. Francisco Xavier; Benfica; Carnide; Charneca; Olivais; Lapa; Castelo; Pena; Belém; Carnide; S. Paulo; Anjos; Santos; Benfica; Alto Pina; Santa Eufémia; Santo Estêvão; S. Miguel; Porto Salvo; Leceia; Amadora; Linda-a-Pastora; zona fabril de Carnaxide e Valejas; Azambuja; S. Antão do Tojal; Apelação; Camarate; Moscavide; Alhandra; Alverca; Castanheira; Vialonga; Cascais; Malveira; Queluz; Cel-Cat, Centro Social; Alto Pina; **COIMBRA:** Antuzede; Torre de Bera; S. Silvestre; Póvoa de S. Martinho; Tovim; Sé Nova; Arregaça; Pedrulha; Carvalho; Travanca; Vila Verde; Sinde; Vila Cova de Alva; Penedono; Vacalar; Ariz e Castelo; **CASTELO BRANCO:** B.º da Quinta do Amieiro; Horta de Alva; Sarnadas; **FARO:** Olhão; Peral; Rio Seco; Bela Salema; Murta; Junta Distrital de Faro; Barão de S. João; Espiche; Odeleite; **SETÚBAL:** Alfarim; Monte; A. A. de Almada; Clube Naval Setubalense; Vila Nogueira; Corroios; Cruz de Pau; Torre da Marinha; Paio Pires; Águas de Moura; Pinhal Novo; Quinta do Anjo; Montijo; Alcochete; Samouco; Celtas; Operário (Barreiro); Paivense; S. F. A. L.; **ALENTEJO:** Borba; Évora; Montemor-o-Novo; Ciborro; Portel; Redondo; Montoito; Vendas Novas; Vila Viçosa; Montoito; Aljustrel; **VISEU:** Mangualde; Penedono; Vacalar; Cinfães; Ariz e Castelo; Salzedas e Vila Chã do Monte; **VIANA DO CASTELO:** Meadela; Afife; **PORTALEGRE:** Arronches; Monte da Pedra; Elvas; Caravana Marvão; Monforte; Casa Branca; Sousel; Vila Maceira; **PORTO:** Comício Coliseu; S. Pedro; Jovim; Lavra; Freixieiro (Perafita); Leça da Palmeira; S. Mamede de Infesta; Amarante; Telões; Póvoa de Varzim; Vila Nova de Gaia; Afurada; Arcozelo; Avintes; Canelas; Crestuma; Madalena; Olival; Sandim; Vilar do Andorinho; Freamunde; Arreigade; Vila do Conde; Caxinas; Soalhaes; Trofa; Gandra; Baltar; Lordelo; Bustelo; Irivo; Cebolido; Paços de Sousa; Meinedo; Senhora da Aparecida; Valongo; Campo; Ermesinde; Famalicão; Guimarães; Valpaços; Boticas; Pinhão; Fontelas; Peso; Arcos de Valdevez; **AVEIRO:** Oliveira de Azeméis; Esgueira; Requeixo; S. Bernardo.

«POVO UNIDO» AFIRMA

«A reacção teme as eleições»

«Os ataques e prepotências dirigidas contra as listas do Povo Unido e as tentativas de perturbar a campanha eleitoral com actos terroristas ou provocando situações de conflito e tensão social confirmam que a reacção teme o resultado das eleições» – considera a Comissão Coordenadora Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, em comunicado ontem emitido.

Depois de referir as características da actual campanha eleitoral, em que avulta a «sistemática e ilegal intervenção do Governo na tentativa de pressionar o eleitorado em favor do partido que o apoia», a FEPU salienta o contributo das listas do «Povo Unido» para a defesa da dignidade das eleições.

E acrescenta que a reacção, através dos seus atentados e provocações, apenas prova que «teme a unidade dos democratas e antifascistas, teme a determinação, a firmeza e a serenidade com que milhares e milhares de homens e mulheres se dispõem a defender, nestas eleições, os seus interesses e a causa da democracia portuguesa».

O comunicado sublinha que a unidade das massas populares em torno dos seus problemas concretos, a cooperação entre democratas das mais diversas opiniões e a solidariedade entre todos os que querem defender a Revolução, se têm reforçado através de milhares de iniciativas promovidas em todo o País pelas listas «Povo Unido».

Afirmando a sua confiança «de que o voto popular do próximo domingo representará uma severa condenação dos que atentam contra a democracia portuguesa», a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FEPU lembra que todos os votos dos trabalhadores são necessários «para derrotar a reacção e garantir o caminho da liberdade e progresso aberto pelo glorioso 25 de Abril».

«POVO UNIDO» EM SACAVÉM

«A luta das mulheres portuguesas prosseguirá até à vitória»

«Como mulher, trabalhadora e cidadã deste País quero daqui afirmar que a luta das mulheres portuguesas, pela sua emancipação, pelo direito ao trabalho, contra as discriminações, pelo cumprimento da Constituição, prosseguirá até à vitória final». Estas palavras foram proferidas por Maria Laura Alves, candidata à Assembleia Municipal de Loures pela Frente Eleitoral Povo Unido, no decorrer de um discurso ontem dirigido a mais de duas mil pessoas que assistiam, no Pavilhão Gimnodesportivo do Sacavenense, a um comício promovido pela Comissão Eleitoral Unitária de Loures, da FEPU. As palavras, essencialmente dirigidas às mulheres trabalhadoras do concelho, foram entusiasticamente aplaudidas.

Presidiu ao comício Oscar Reis Figueiredo, cabeça de lista para a Assembleia Municipal do concelho, que em breves palavras falou dos «homens e das mulheres democratas que ao longo deste processo têm dado provas — agora confirmadas — de que sabem escolher o caminho da unidade».

José Gouveia, actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures e primeiro nome da lista da Frente concorrente ao mesmo lugar, criticou severamente o candidato à presidência da Câmara pela lista do Partido Socialista, o qual «embora não sendo de Loures e desconhecendo as principais carências que afectam os habitantes», tem feito uma campanha «demagógica e irrealista».

«Devemos é prosseguir na política em benefício das populações», concluiu José Gouveia entusiasticamente ovacionado. Criticou ainda a imprensa local reaccionária e falou sobre o programa que a Frente apresentou para aquele concelho.

Maria Laura Alves foi o orador seguinte, baseando a sua intervenção num apelo à intervenção das mulheres na actividade política. «É necessário — disse — que de uma vez para sempre seja abolida a fraseologia fascista que dizia que «a política era só para os homens» — e nem para todos».

Falou ainda da «libertação das mulheres e das dificuldades que entravam o seu desenvolvimento como ser social», o qual «passa necessariamente pela sua integração no processo social da produção». Como diria Maria Laura Alves, «a não chamada das mulheres à produção após o 25 de Abril (com excepção na zona da Reforma Agrária) não modificou substancialmente uma realidade que se traduz num país que tem menos de um milhão de mulheres trabalhando fora de casa e mais de dois milhões de domésticas».

Usariam da palavra mais dois candidatos pela Frente às autarquias, além de Carlos Brito e José Manuel Tengarrinha, membros, respectivamente, da Comissão Política do Comité Central do PCP e da Comissão Nacional do MDP/CDE.

No uso da palavra, Eduardo Correia, candidato à Assembleia Municipal daquele concelho, começou por saudar os membros presentes da Comissão Nacional da FEPU, «os homens que desde o 25 de Abril têm estado à frente da Câmara dando exemplares lições de como se está ao serviço do povo».

Referir-se-ia aos pontos do Programa da Frente relativamente à participação activa das organizações populares de base, na vida das freguesias e municípios». Um grito uníssono ecoou pelo Pavilhão: «O Povo Unido vencerá!» Prosseguindo, aquele democrata abordaria questões relacionadas exclusivamente, com as organizações populares. Francisco Pintado, outro dos oradores, apelou à participação activa dos jovens do concelho nas eleições do próximo dia 12.

À hora de encerrarmos esta edição, ainda não tinham falado Carlos Brito e José Manuel Tengarrinha.

ATENTADO CONTRA CONDUTA

«Só a direita é responsável pela escalada terrorista»

O PCP denuncia e condena o atentado terrorista contra a conduta de abastecimento de água à cidade de Lisboa, em nota da Secção de Informação e Propaganda do Partido.

Na opinião do PCP, o atentado «constitui um novo passo na escalada terrorista e visa claramente criar uma situação de perturbação, intranquilidade e insegurança em vésperas do acto eleitoral do próximo domingo». A nota, após recordar que o PCP tem vindo a prevenir as autoridades que «a impunidade e complacência» com que são tratados os bombistas é responsável pelo recrudescimento dos atentados terroristas, afirma que «o atentado desta madrugada tem por claro objectivo intimidar o eleitorado (...)» e «lançar a dúvida sobre os verdadeiros responsáveis, procurando assim criar receptividade às soluções repressivas e antidemocráticas da direita e da reacção, da mesma direita e da reacção que coloca as bombas».

Segundo o PCP «é tempo de o Governo, as autoridades directamente responsabilizadas pelo combate ao terrorismo, assumirem corajosamente as missões patrióticas e constitucionais que lhe estão atribuídas e substituirem as suas repetidas promessas por medidas enérgicas e eficazes no desmantelamento das redes terroristas e no castigo exemplar dos seus agentes e cúmplices». O PCP apela também «a todos os democratas e antifascistas para que, mantendo a maior serenidade, combatam firmemente todas as tentativas de aproveitamento da inquietação popular pelas forças reaccionárias, esclarecendo com persistência e firmeza que só a direita e a reacção são responsáveis por estes actos e podem estar interessadas nesta situação».

O «REFERENDO» NOS SEGUROS

Direcção chamou a PSP para expulsar os sócios

A direcção do Sindicato dos Seguros do Sul chamou ontem a PSP para expulsar da sede daquele organismo trabalhadores nele filiados, que considerou estarem a «assaltar» as instalações.

Chegados à sede do Sindicato, no Largo do Intendente, os agentes da polícia retiraram prontamente, ao verificarem que os «assaltantes» eram apenas trabalhadores sócios do sindicato que participavam pacificamente numa assembleia.

Antes do apelo às «forças da ordem», a direcção recusara-se a aceder ao requerimento apresentado por cerca de 400 sócios no sentido de que os trabalhadores discutissem sobre a sua participação no próximo Congresso de Todos os Sindicatos, antes de votarem no «referendo» ilegal convocado pelo presidente da mesa da assembleia geral. Nesse requerimento, os sócios propunham que a assembleia eleitoral (considerada estranhamente pelos corpos gerentes como assembleia geral extraordinária, apenas) fosse suspensa até às 19 horas para permitir que os trabalhadores discutissem previamente o assunto sobre o qual iam votar, já que sempre viram recusados os muitos pedidos de assembleia feitos para o efeito, desde Setembro.

Depois do incidente da comparência da PSP, os sócios voltariam, como haviam decidido, ao sindicato, para a continuação dos trabalhos, às 19 horas. Tiveram, no entanto, de se reunir nas escadas, porque a direcção e demais corpos gerentes alegaram que «poderiam vir a ter necessidade de utilizarem a sala de reuniões».

Nessa assembleia, decidiram os trabalhadores aprovar um voto de desconfiança nos corpos gerentes, repudiar o documento da direcção sobre a questão do Congresso e delegar na mesa (eleita de manhã) a impugnação do referendo, a elaboração de um documento analisando todos os acontecimentos de ontem e a criação de condições para ser dado conhecimento dos mesmos acontecimentos a todos os trabalhadores e órgãos de informação.

O DELEGADO FEZ TUDO

O delegado sindical de Portimão, adepto fervoroso da chamada «carta aberta», fiscalizou sozinho naquela cidade o referendo efectuado para decidir sobre a participação do sindicato no Congresso de Todos os Sindicatos.

O delegado sr. Lameira fez tudo, a começar por conceber um novo modelo de urna de voto: um cesto de papéis em plástico tapado com um jornal. Além disso, não largou o local de voto do qual foi o único e fiel zelador: apenas fechou a porta da delegação do sindicato por um pequeno intervalo de tempo para satisfazer algumas necessidades como, por exemplo, a de espalhar a «notícia» de que a Frente Eleitoral Povo Unido tinha ocupado a sede do sindicato em Lisboa.

Foi realmente um dia em cheio para o delegado sindical de Portimão... Mas ele, de facto, fez tudo. E sozinho...

Joaquim Gomes em Hanói

Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP partiu ontem para Hanói, onde representará aquele partido no IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname.

Este Congresso do P.T.V. é o primeiro que se realiza desde 1960, data em que teve lugar o Congresso que elaborou para a República Democrática do Vietname úma linha estratégica de desenvolvimento pela via do socialismo.

PCP CRITICA BARRETO

«Reforma Agrária será levada por diante»

«A comunicação do ministro da Agricultura e Pescas, transmitida pela televisão e pela rádio do Estado, na noite de 8 de Dezembro, constituiu uma nova intervenção ilegal do partido do Governo na campanha eleitoral em curso» – sublinha a Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português, em nota ontem publicada.

«Sem outro grau de urgência», prossegue a nota da SIP, «que não fosse o de tentar intimidar e influenciar o eleitorado antes das eleições do próximo domingo, a comunicação do ministro António Barreto visou, no essencial, espalhar desconfianças e preconceitos em relação aos trabalhadores, às suas realizações e conquistas».

Depois de se referir à infracção, pelo sr. Barreto, dos «deveres de neutralidade e imparcialidade que a lei lhe impõe e as normas mais elementares de convivência democrática lhe estipulam», a SIP do PCP denuncia «a passividade da Comissão Nacional de Eleições», que permitiu ao Governo «reincidir na violação da lei eleitoral, procurando pressionar o eleitorado e prejudicar um concorrente às eleições, em favor do PS e da direita».

«Seguindo conhecidas técnicas de manipulação e condicionamento da opinião pública», frisa, noutro ponto, a SIP, «a comunicação do ministro António Barreto procurou, com argumentos e formulações recuperados do arsenal anticomunista do fascismo, mascarar a incapacidade do Governo de encontrar e pôr em prática soluções e medidas para salvaguardar e salvar a democracia e dar satisfação aos legítimos anseios e interesses populares».

O PCP põe, a seguir, em evidência a contradição entre o conteúdo da palestra do sr. Barreto e o silêncio do Governo, perante o desenvolvimento do terrorismo, a degradação da situação económica e financeira, e o aumento do terrorismo, a degradação da situação económica e financeira, e o aumento da violência reaccionária contra a Reforma Agrária.

AMEAÇAS DO GOVERNO

É num contexto destes, nota o PCP, que o Governo «vem ameaçar os trabalhadores com a repressão», «vem ameaçar com o estrangulamento financeiro das Unidades Colectivas de Produção agrícola», «vem dar ânimo e argumenos aos inimigos da democracia e revelar um projecto metódico e drástico de cedências às exigências dos agrários, da reacção, da CAP, para liquidar a Reforma Agrária».

Manifestando «toda a sua solidariedade e ilimitada confiança no proletariado rural do sul, que tem dado magníficos exemplos de consciência de classe e de maturidade política», o PCP reafirma que «a democracia portuguesa se defende, defendendo e consolidando as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução, designadamente a Reforma Agrária».

Apesar da «ofensiva que a reacção, a CAP, os grandes agrários, desenvolvem contra a Reforma Agrária, em muitas circunstâncias com o apoio e o ânimo que o Governo lhes dá», o Partido Comunista Português confia em que «a Reforma Agrária, grande realização do novo Portugal democrático, será levada por diante».

Finalmente, afirma-se na nota da SIP, «o PCP considera da maior importância, como forma de desencorajar a ofensiva contra a Reforma Agrária e as pretensões de todos quantos sonham com o regresso ao passado de exploração e opressão nos campos do sul, que, no próximo domingo, a reacção seja batida no campo eleitoral e que, através duma grande votação nas listas da unidade, nas listas do Povo Unido, o povo português afirme uma vez mais a sua firme disposição de defender as conquistas da Revolução, defendendo com elas a democracia».

Comício em Cascais

No Cine-Teatro S. José, em Cascais, realiza-se esta noite, pelas 21 horas, o comício de encerramento da campanha eleitoral promovido pela CEU da Frente Eleitoral Povo Unido daquele concelho. Falarão Pitacas Antunes, cabeça de lista à Câmara Municipal, Alberto Branco, cabeça de lista à Assembleia Municipal, Domingos Lopes, (MDP), José Araújo (FSP) e Aboim Inglês (PCP).

A terminar haverá uma sessão de canto livre com a participação de José Barata Moura.

o diário

em colaboração com as

POPULARES LIVRARIAS CDL

HOJE OFERECE LIVROS

Apresente este cupão numa das já Populares Livrarias CDL e receberá gratuitamente um livro!